



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA  
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES – SUPEL/RO**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2021/CPLO/SUPEL/RO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0036.012331/2018-12/SESAU/RO**

**OBJETO: Construção do Abrigo de Resíduos do Hospital de Emergência e Urgência de Rondônia - HEURO, localizado no município de Cacoal-RO.**

**ASSUNTO: RECURSO REFERE TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2021/CPLO/SUPEL/RO – FASE DE HABILITAÇÃO.**

A empresa **GLOBAL ENGENHARIA EIRELI-EPP**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 08.435.386/0001-76 localizada a Av. Cuiabá, 2415, Bairro Jardim Clodoaldo, no município de Cacoal/RO, representada pela Eng<sup>a</sup> Civil e representante legal, Srta. Angélica Vilas Boas Nunes vem, à presença de Vossa Senhoria, com amparo na seção XXII, item 14.2 do Edital da **TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2021/CPLO/SUPEL/RO**, e nos termos do artigo 109 da Lei nº. 8.666/93, interpor, tempestivamente, o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, em face da decisão da nobre Comissão Permanente de Licitações, proferida no certame acima descrito, que tem por objeto a **“Construção do Abrigo de Resíduos do Hospital de Emergência e Urgência de Rondônia - HEURO, localizado no município de Cacoal-RO”**, que INABILITOU a esta recorrente.

**I. DOS PRESSUPOSTOS**

Nos termos do artigo 109, inciso I, alínea “c”, da Lei Federal 8.666/1993, dos atos da administração pública que importem em anulação do procedimento licitatório cabe **RECURSO ADMINISTRATIVO**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

Mediante a notificação recebida no dia 08/09/2021 a qual dispõe do prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da publicação para manifestação, onde esta empresa possui interesse, sendo assim tempestivo sua manifestação.

**II. DAS RAZÕES DE RECURSO – DA INABILITAÇÃO DA RECORRENTE**

Conforme consta no JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO, esta empresa foi desabilitada conforme consta na mesma:

*“ [...] **INABILITAR** a empresa **GLOBAL ENGENHARIA EIRELI** por não ter apresentado declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça- SEJUS-RO, descumprindo parcialmente o exigido no item 16.1 alínea “f” do edital;*



Ora senão vejamos conforme consta no edital supracitado em sua íntegra:

“[...] 16.1- f) Declaração do licitante de que, caso seja vencedor, contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos nos termos do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, que regulamenta a Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2009, acompanhada de declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, que dispõe acerca de pessoas aptas à execução de trabalho;

Ao observamos o item mencionado solicita a apresentação de DECLARAÇÃO DA LICITANTE, ou seja, a mesma deve juntar conforme feito por esta empresa na página 46 de sua documentação, sendo este o ANEXO XI do edital, conforme demonstrado abaixo:





À  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE OBRAS-CPLO/SUPEL/RO  
GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA-PORTO VELHO-RO  
TOMADA DE PREÇO Nº011/2021  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0036.012331/2018-12


OBJETO: CONSTRUÇÃO DO ABRIGO DE RESÍDUOS DO HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E URGÊNCIA  
DE RONDÔNIA - HEURO, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE CACOAL-RO.

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS PRESAS OU EGRESSAS DO  
SISTEMA PRISIONAL-ANEXO XI**

A empresa GLOBAL ENGENHARIA EIRELI, inscrita no CNPJ n.º 08.435.386/0001-76, situada na Av. Cuiabá, 2415, Bairro Jardim Clodoaldo, Cacoal/RO, CEP:76.963-697, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) Angélica Vilas Boas Nunes, portador da Carteira de Identidade n.º 1135795 SSP/RO e do CPF n.º 006.015.652-07, declara que caso logre êxito na licitação na **TOMADA DE PREÇO Nº 011/2021/CPLO/SUPEL/RO**, contratará, em cada contrato firmado, o percentual de pessoas privadas de liberdade, no regime semiaberto, e egressas do sistema prisional para o cumprimento dos objetos pactuados, nos percentuais dispostos no parágrafo único do art. 1º da Lei Estadual 2.134/2009.

O atendimento aos percentuais previstos está condicionado à disponibilidade de pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto, ou egressas aptas à execução do trabalho, conforme disponibilização expressa da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS. Segue anexa a declaração emitida (s) pelo órgão responsável pela execução penal no estado de Rondônia.

De Cacoal para Porto Velho – RO, 08 de Setembro de 2021.

  
GLOBAL ENGENHARIA EIRELI  
CNPJ 08.435.386/0001-76



Na declaração apresentada esta empresa se compromete CASO VENCEDORA que contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos, atendendo assim o objetivo da mesma que é a disponibilização para caso haja uma futura contratação, onde enseja sobre serviços ainda não pactuados.

Como pode ser verificado na declaração em anexo emitida pela SEJUS/RO, de acordo com o DECRETO N° 25.783, DE 1° DE FEVEREIRO DE 2021, a mesma é responsável pela intermediação da mão de obra do sistema prisional do estado de Rondônia. Portanto vejamos conforme consta na declaração emitida pela própria secretaria:

**O Núcleo de Trabalho Remunerado de Reeducandos - NUTRER, vinculado à Gerência de Reinserção Social - GERES da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, órgão responsável pela intermediação da mão de obra do sistema prisional do estado de Rondônia, em atenção ao Decreto DECRETO N° 25.783, DE 1° DE FEVEREIRO DE 2021, declara que dispõe de pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressas do sistema prisional aptas à execução dos seguintes serviços: Construção do Abrigo de Resíduos do Hospital de Emergência e Urgência de Rondônia - HEURO, localizado no município de Cacoal-RO, discriminada no presente Edital.**

**Declara ainda que, no momento oportuno, os reeducandos serão selecionados pela direção da Unidade Prisional mais próxima da frente de trabalho, seguindo os critérios do decreto acima mencionado.**

Ao observarmos a declaração da secretaria a mesma enfatiza, que em um MOMENTO OPORTUNO serão selecionados reeducandos pela Unidade Prisional. Tal qual nobre comissão, a futura vencedora em qualquer esfera necessitaria da disponibilização da secretária e seleção dos reeducandos, sendo este não necessitando de declaração de disponibilidade de algo ainda subjetivo. Porém a disposição de que a EMPRESA VENCEDORA irá contrata-los, necessita estar explícito.

Mediante a esta exposição de dados, esta empresa julga incondizente sua inabilitação mediante ao fato que a mesma declara futura contratação, e visto que a posterior a homologação da empresa vencedora, dar-se-á a necessidade de cumprimento de quantitativo, disponibilidades, qualificações, liberações entre outros procedimentos inerentes ao fato.

Posteriormente, se formos vencedores da presente licitação, será necessário requerermos uma lista de pessoas privadas de liberdade, no regime semiaberto, e egressas do sistema prisional aptos a realizarem trabalhos referente a execução do objeto em questão, como preconiza o Decreto N° 28.783. Sendo assim, a mesma não poderia se negar a apresentar essa declaração, o que não causaria ônus ao órgão licitante.



Com a declaração apresentada por esta empresa, nos comprometemos a contratar em caso contrato firmado, o percentual de pessoas privadas de liberdade, no regime semiaberto, e egressas do sistema prisional para o cumprimento dos objetos pactuados, nos percentuais dispostos no parágrafo único do art.1º da Lei Estadual 2.134/2009.

### III. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA ESFINGE OBRAS E SERVIÇOS LTDA

Assim, a suposta habilitação da empresa ESFINGE OBRAS E SERVIÇOS LTDA na condição de apta na etapa de Qualificação Técnica, fere o princípio da isonomia, haja vista, conforme se demonstrará, a recorrida NÃO CUMPRIU as exigências básicas do edital, e sua habilitação de forma desacertadamente, no presente ato representada por esta Nobre Comissão, fechar os olhos à ausência de qualificação técnica da recorrida, haja vista a necessidade de qualificação como princípio de uma boa execução ao objeto, atendendo o ente público administrativo e a sociedade a qual se beneficiará com o objeto concluído, que deve ser penalizada, conforme adiante se demonstrará, com sua inabilitação no certame.

Se não vejamos, o atestado de Capacidade Técnica referente ao objeto da CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DOS ESPORTES E DA CULTURA PEC-3.000 NO MUNICÍPIO DE CACOAL/RO, juntamente com o acervo do profissional mencionado, sendo o atestado de capacidade técnica, elencado da página 28 à 36 da sua devida documentação, em toda sua listagem de serviços executados, não foi constatado que a mesma possui o item 16.4 em sua alínea g, previamente analisado solicitando a apresentação da comprovação de execução de: **Execução de 50,00 m² de laje pré-moldada p/forro, sobrecarga 100kg/m², vãos até 3,50m/÷8cm, c/lajotas e cap. c/conc fck = 25mpa, 3 cm, inter-eixo 38 cm, c/escoramento (reapr. 3x) e ferragem negativa.** Sabemos para tanto que as lajes de LAJOTAS são divergente de Lajes de EPS, assim como a diferença entre laje maciça e pré-moldadas. Portanto a mesma, não cumpriu a exigência do edital, sendo assim a mesma deve ser desabilitada.

#### a. DAS DECLARAÇÕES

Não foi apresentado o ANEXO XI, DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS PRESAS OU EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL, ferindo assim a DISPONIBILIZAÇÃO caso haja, da secretaria, uma futura contratação de reeducandos. Portanto a declaração apresentada pela empresa na folha 11, não atende a declaração da LICITANTE de que a mesma irá contratar, apenas que a secretaria dispõe de pessoas privadas de liberdade, sendo esta declaração necessária para quaisquer que seja o vencedor do certame, para tanto, a empresa ESFINGE OBRAS E SERVIÇOS, não declara possível contratação, fere o edital com a ausência desta declaração.





#### IV. DOS PEDIDOS

*Em face de todo o exposto, vem a recorrente, com a data devida vênia, nos exatos termos da fundamentação supra, amparada na lei, na jurisprudência, e nos princípios da legalidade e isonomia, pugnar a esta Comissão pela HABILITAÇÃO da EMPRESA ESFINGE OBRAS E SERVIÇOS LTDA no presente certame, em virtude da NÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS E/OU OS APRESENTADOS ESTÃO EM DESCONFORMIDADE COM OS EXIGIDOS, e pela HABILITAÇÃO DA EMPRESA GLOBAL ENGENHARIA, por cumprimentos das etapas e faces do edital.*

*Mediante a isto todos os itens expostos e fartamente demonstrado, a fim de se corrigir pela esfera administrativa o equívoco ocorrido.*

Nestes Termos,

P. Deferimento.

De Cacoal/RO para Porto Velho/RO, 14 de setembro de 2021.



**Global Engenharia EIRELI-EPP**  
**CNPJ: 08.435.386/0001-76**